

O que muda com o SBCE e as Novas Regras de Reporte de Sustentabilidade.

O mercado de ativos sustentáveis e a arquitetura de transição no Brasil atravessam um momento de profunda reestruturação. A publicação e o desenvolvimento da Lei nº 15.042, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), não representam apenas o cumprimento de compromissos assumidos sob o Acordo de Paris rumo ao *Net Zero*, mas inauguram uma nova era de competitividade baseada na percepção de valor nas externalidades climáticas [1](#).

Em paralelo, a dinâmica de transparência corporativa sofreu uma inflexão significativa com a recente Resolução nº 244, alterando as expectativas do mercado em relação aos reportes de sustentabilidade [2](#). Este artigo dissecará as atualizações mais recentes e os impactos práticos destas mudanças para as empresas e para o ecossistema de Finanças Regenerativas (ReFi).

A Volatilidade Regulatória e o Paradigma dos Reportes de Sustentabilidade

A transparência das informações financeiras relacionadas com a sustentabilidade e o clima assumiu um papel basilar para a atração de capital e para a precificação adequada de riscos sistêmicos. No Brasil, esta agenda sofreu uma inflexão drástica no primeiro semestre de 2026.

Da Vanguarda ao Recuo: IFRS S1 e S2

Em outubro de 2023, o Brasil se posicionou na vanguarda global ao tornar obrigatórios os padrões internacionais IFRS S1 e IFRS S2 (internalizados como CBPS 01 e CBPS 02) a partir de 2026 [3](#). Estas normas exigiam uma divulgação exaustiva e padronizada de riscos climáticos e inventários rigorosos de emissões (Escopos 1, 2 e 3).

No entanto, cedendo a pressões sistêmicas relacionadas ao elevado custo de conformidade (*cost of compliance*) e à complexidade técnica na recolha de dados de Escopo 3, a autarquia publicou, a 29 de maio de 2026, a Resolução nº 244 [2](#). Este novo diploma normativo extinguiu a adoção forçada para as companhias abertas, reconduzindo a temática a um regime estritamente voluntário.

A Dinâmica do Modelo "Pratique ou Explique"

Para mitigar a percepção de um abandono da agenda de sustentabilidade, a Resolução 244 instituiu o mecanismo de "pratique ou explique" (*comply or explain*). A partir de 1º de janeiro de 2027, a companhia aberta que optar por não elaborar o relatório financeiro de sustentabilidade será obrigada a justificar publicamente os motivos dessa omissão [2](#).

Adicionalmente, a norma procurou travar o fenómeno do "turismo de sustentabilidade" — a prática em que as empresas reportam apenas nos anos em que apresentam um desempenho ambiental favorável. Ficou estabelecido que a entidade que optar voluntariamente pela divulgação estará vinculada a um compromisso ininterrupto de, pelo menos, três exercícios sociais consecutivos [2](#).

Impactos Mercadológicos

A publicação da Resolução 244 provocou uma ruptura imediata na confiança institucional do mercado de capitais brasileiro. A assimetria informacional e o risco de *greenwashing* sofreram um agravamento perceptível, uma vez que o mercado passa a operar com dados fragmentados [4](#).

Assistiu-se a uma bifurcação clara no seio do mercado de capitais. Empresas de grande capitalização (*blue chips*) e líderes setoriais anunciaram de imediato que manterão a publicação voluntária dos relatórios, reconhecendo que a pressão para a transparência advém das exigências globais e das regulações extraterritoriais que afetam as cadeias de valor internacionais [5](#).

O Mercado Regulado de Carbono: Implementação do SBCE

Enquanto a CVM recuou no domínio da transparência corporativa, o arcabouço legislativo nacional registou um avanço histórico com a sanção da Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) [1](#).

Escopo Setorial e Exclusões Estratégicas

O SBCE impõe obrigações com base no volume de emissões diretas (Escopo 1) das instalações e fontes sob o controle dos operadores. O enquadramento regulatório divide-se em duas faixas críticas de emissão:

- 1 **Emissões acima de 10.000 tCO₂e por ano:** Sujeitos a obrigações de reporte, devendo submeter um Plano de Monitoramento e enviar um relato validado de emissões [1](#).
- 2 **Emissões acima de 25.000 tCO₂e por ano:** Entram na fase de submissão e conformidade efetiva, devendo deter e liquidar ativos em quantidade equivalente ao seu passivo total de emissões [1](#).

Uma das dinâmicas mais influentes da Lei 15.042/2024 foi a exclusão total da produção primária agropecuária do âmbito de regulação direta do SBCE. Esta exclusão transfere o peso da descarbonização quase integralmente para os setores industriais de difícil abatimento (*hard-to-abate*), como o cimento, a siderurgia, a química, o papel e a celulose, bem como para o setor de energia e transportes [7](#).

Os Ativos do SBCE: CBEs e CRVEs

A arquitetura financeira do SBCE alicerça-se em dois ativos transacionáveis, ambos representando a métrica de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (1 tCO₂e):

- **Cota Brasileira de Emissão (CBE):** Ativo de natureza permissiva (*allowance*), outorgado pelo Estado aos operadores regulados. Pode ser distribuído de forma gratuita ou a título oneroso, através de leilões [1](#).
- **Certificado de Redução ou Remoção Verificada de Emissões (CRVE):** O crédito de carbono propriamente dito, oriundo de projetos específicos de mitigação ou remoção de GEE. A Lei estabeleceu uma ponte de liquidez vital entre o mercado voluntário e o regulado: projetos voluntários podem ter os seus créditos convertidos em CRVEs [1](#).

Crucialmente, a legislação definiu que tanto as CBEs como os CRVEs e os créditos de carbono, quando transacionados em ambientes de bolsa de valores, assumem a classificação estrita de valores mobiliários (*sui generis*) [1](#).

O Cronograma de Implementação (Fases 2025–2030)

A operacionalização do SBCE foi estruturada ao longo de cinco fases escalonadas, projetadas para o período de 2025 a 2030, garantindo a previsibilidade e mitigando choques inflacionários na economia [8](#):

Fase	Período Previsto	Marcos e Objetivos Principais
Fase I: Regulamentação e Estruturação Institucional	2025	Criação da governança e operacionalização do Registo Central (SINARE).
Fase II: Relatos e Testes (Ambiente Piloto)	2026 - 2027	Operadores começam a utilizar os instrumentos de mensuração e relato de forma experimental.
Fase III: Expansão do Monitoramento Obrigatório	2028 - 2029	Submissão formal de Planos de Monitoramento validados e envio de relatos auditados.
Fase IV: Primeiro Plano Nacional de Alocação	2029 - 2030	Definição do teto nacional de emissões (<i>cap</i>) e regras para distribuição de CBEs.
Fase V: Mercado Plenamente Operacional	A partir de 2030	Exigibilidade plena da conciliação periódica de obrigações e negociação de ativos em larga escala.

A Ascensão das Finanças Regenerativas (ReFi) e o Papel da B4

A criação de um mercado regulado, projetado para movimentar cifras bilionárias, demanda uma infraestrutura de mercado de capitais que transcende as limitações das transações de balcão obsoletas. O SBCE requer um ecossistema robusto, transparente e imutável para a custódia, listagem e negociação, integrando ativos sustentáveis que são acesso à serviços compensatórios (CRVEs) [9](#).

É neste hiato estrutural que ocorre uma verdadeira mudança de paradigma, personificada na ascensão da B4. Estruturada como a primeira Bolsa de Ação Climática do mundo e operando sob a premissa das Finanças Regenerativas (ReFi), a B4 foi concebida para atuar como a ponte definitiva entre corporações necessitadas de *compliance* e os desenvolvedores de ativos sustentáveis de alta integridade [10](#).

A tecnologia *blockchain* é a fundação desta inovação. Ao utilizar redes distribuídas, a B4 assegura que a rastreabilidade da pegada de carbono seja imutável de ponta a ponta. A jornada transacional na bolsa culmina na transformação dos ativos sustentáveis e permite o acesso ao Certificado de Ação Climática, que consolida a compensação do crédito de carbono e o início dos projetos de ação climática. Este mecanismo de segurança evita a dupla contagem do ativo no mercado de forma transparente, garantindo respeito às regras de mercado e aos clientes europeus sujeitos ao CBAM que a mitigação foi auditada e indiscutivelmente executada, protegendo a empresa compradora contra riscos de reputação e sanções legais [10](#).

Referências

Referências citadas

1. JOTA | A Resolução CVM 193 e a divulgação dos Relatórios IFRS S1 e S2 - Cescon Barrieu, <https://cesconbarrieu.com.br/jota-a-resolucao-cvm-193-e-a-divulgacao-dos-relatorios-ifs-s1-e-s2/>
2. IMPLEMENTAÇÃO DOS MECANISMOS DE MERCADO DO ACORDO DE PARIS: AJUSTES CORRESPONDENTES E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL - ABEEólica, https://abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2025/05/EstudoABEEolica_08052025a.pdf
3. Mercado de carbono no Brasil: breve histórico e status - BNDES, https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/28930/4/PRArt%20216800_Mercado%20de%20carbono%20no%20Brasil.pdf
4. CVM torna facultativa a divulgação de reportes financeiros relacionados à sustentabilidade (IFRS S1 e S2) para as Companhias Abertas | Insights | Mayer Brown, <https://www.mayerbrown.com/pt/insights/publications/2026/06/copy-of-cvm-torna-facultativa-a-divulgacao-de-reportes-financeiros-relacionados-a-sustentabilidade-ifs-s1-e-s2-para-as-companhias-abertas>
5. CVM revoga obrigatoriedade de relatório financeiro de sustentabilidade e de

clima,

<https://www.mattosfilho.com.br/unico/cvm-obrigatoriedade-relatorio-sustentabilidade/>

6. Guia IFRS S1 e S2 - Anbima,
[https://www.anbima.com.br/data/files/BB/76/9D/76/CCDFD910CA0E5FD9F82BA2A8/Guia IFRS S1S2 ANBIMA.pdf](https://www.anbima.com.br/data/files/BB/76/9D/76/CCDFD910CA0E5FD9F82BA2A8/Guia_IFRS_S1S2_ANBIMA.pdf)
7. CVM revoga reporte obrigatório de sustentabilidade; para analistas, decisão dá sinal ruim ao mercado - Estadão,
<https://www.estadao.com.br/economia/governanca/cvm-revoga-reporte-obrigatorio-de-sustentabilidade-para-analistas-decisao-da-sinal-ruim-ao-mercado/>
8. Resolução CVM 244 marca mais um episódio na jornada ESG, mas não flexibiliza questões essenciais para os reportes - Tecnews,
<https://portaltecnews.com.br/resolucao-cvm-244-marca-mais-um-episodio-na-jornada-esg-mas-nao-flexibiliza-questoes-essenciais-para-os-reportes/>
9. COMITÊ BRASILEIRO DE PRONUNCIAMENTOS DE SUSTENTABILIDADE
PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CBPS 02 Divulgações Relacionadas ao Clima - Comissão de Valores Mobiliários,
[https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/audiencias_publicas/ap_snc/anejos/2024/edsnc0324 Part IBA pgs 319 329 e 333.pdf](https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/audiencias_publicas/ap_snc/anejos/2024/edsnc0324_Part_IBA_pgs_319_329_e_333.pdf)
10. Resolução CVM 218 - CVM - Comissão de Valores Mobiliários,
<https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/anexos/200/resol218.htm>
11. CVM cede à pressão e derruba obrigatoriedade de reportes de sustentabilidade - Reset,
<https://capitalreset.uol.com.br/empresas/companhias-abertas/cvm-cede-a-pressao-e-derruba-obrigatoriedade-de-reportes-de-sustentabilidade/>
12. Resolução CVM 244: fim do reporte de sustentabilidade obrigatório e o que isso significa para sua empresa - Blog Ius Natura,
<https://blog.iusnatura.com.br/resolucao-244-relatorio-sustentabilidade/>
13. CVM altera Resolução 193 para revogar obrigatoriedade da divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade — Comissão de Valores Mobiliários - Portal Gov.br,
<https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/2026/cvm-altera-resolucao-193-para-revogar-obrigatoriedade-da-divulgacao-de-informacoes-financeiras-relacionadas-a-sustentabilidade>
14. CVM altera Resolução 193 e revoga obrigatoriedade de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade - Moreira Menezes Martins Advogados,
<https://moreiramenezes.com.br/cvm-altera-resolucao-193-e-revoga-obrigatoriedade-de-divulgacao-de-informacoes-financeiras-relacionadas-a-sustentabilidade/>
15. Vale, B3, Renner: empresas reagem a recuo da CVM e anunciam manutenção de 'relatórios verdes' - Estadão,
<https://www.estadao.com.br/economia/governanca/vale-b3-renner-empresas-reagem-recuo-cvm-manutencao-relatorios-verdes/>
16. Resolução CVM 193 e ISSB: guia definitivo para PMEs e fornecedores |

- ESGComex, <https://esgcomex.com.br/cvm-193-issb/>
17. Mercado se une e pressiona CVM a rever recuo em reportes - Reset - UOL, <https://capitalreset.uol.com.br/regulacao/mercado-se-une-e-pressiona-cvm-a-rever-recuo-em-reportes/>
 18. Confira a íntegra da resposta da CVM sobre o fim da obrigatoriedade de IFRS S1 e S2, <https://capitalreset.uol.com.br/regulacao/confira-a-integra-da-resposta-da-cvm-sobre-o-fim-da-obrigatoriedade-de-ifrs-s1-e-s2/>
 19. Ministério Público entra na ofensiva contra recuo da CVM em reporte ESG - Reset - UOL, <https://capitalreset.uol.com.br/financas/ministerio-publico-entra-na-ofensiva-contra-recuo-da-cvm-em-reporte-esg/>
 20. Ministério Público mira norma da CVM que torna reporte de sustentabilidade voluntário, <https://exame.com/esg/mpf-sobe-o-tom-contr-cvm-e-tenta-reverter-mudanca-no-reporte-esg/>
 21. CVM divulga Nota Técnica referente à pesquisa ampla sobre implementação da Resolução CVM 193 - Portal Gov.br, <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/2025/cvm-divulga-nota-tecnica-referente-a-pesquisa-ampla-sobre-implementacao-da-resolucao-cvm-193>
 22. Crédito de carbono no agro: Lei 15.042/2024 (SBCE) - Diovane Franco Advogados, <https://diovanefranco.com.br/credito-de-carbono/>
 23. Novo Mercado de Créditos de Carbono no Brasil - Pinheiro Guimarães, <https://www.pinheiroguimaraes.com.br/publicacao-da-lei-15042-e-o-novo-mercado-de-creditos-de-carbono-no-brasil/>
 24. SBCE: tudo sobre o mercado regulado de carbono do Brasil - Mangue Tech, <https://mangue.tech/blog/sbce-mercado-regulado-carbono-brasil-guia>
 25. sbce: – o novo marco legal do comércio de emissões no brasil - Machado Meyer, https://www.machadomeyer.com.br/images/ebooks/Ebook_-_PL_de_Mercado_de_Carbono.pdf
 26. LEI Nº 15.042, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024 - Publicação Original - Câmara dos Deputados, <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-15042-11-dezembro-2024-796690-publicacaooriginal-173745-pl.html>
 27. Sancionada lei que regula mercado de carbono no Brasil - Senado Federal, <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/12/12/sancionada-lei-que-regula-mercado-de-carbono-no-brasil>
 28. Formulário de Referência - 2025 - AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES SA - MZiQ, https://filemanager-cdn.mziq.com/published/9aa4d8c5-604a-4097-acc9-2d8be8f71593/2a847bcb-de72-4c97-a093-ab2b967f766a_fre_v6.pdf
 29. Sanção da Lei do Mercado de Carbono incentiva cooperativas agro | Notícias | Sistema OCB, <https://somoscooperativismo.coop.br/noticias-representacao/sancao-da-lei-do-mercado-de-carbono-incentiva-cooperativas-agro>

30. Mercado regulado de carbono no Brasil | Guia completo SBCE,
<https://carbonfreebrasil.com/blog/mercado-de-carbono-no-brasil-o-que-e-como-funciona-e-por-que-e-importante/>
31. LEI 15.042/2024,
<https://bdelaw.com.br/wp-content/uploads/2025/03/Informativo-BDE-SBCE.pdf>
32. VOTO O SENHOR MINISTRO FLÁVIO DINO (Relator): Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautela - Migalhas,
https://arq.migalhas.com.br/arquivos/2026/5/6C4445FE804FC7_votoflaviolino.pdf
33. 1317 - LEI 15.042/24: MERCADO DE CARBONO E O SETOR DE SANEAMENTO - ABES, https://abes-dn.org.br/analseletronicos/33cbesa/1317_tema_v.pdf
34. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE DIREITO AUTOR: RAVI BARBOSA FRANCO LIBERAT - RI/UFS,
https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/24830/2/Ravi_Barbosa_Franco_Liberato.pdf
35. Reforma tributária e mercado de carbono: clareza para o futuro, indefinição do presente,
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/reforma-tributaria-e-mercado-de-carbono-clareza-para-o-futuro-indefinicao-do-presente>
36. Agenda ESG: Deveres Das Empresas E Dos Administradores - Juvenil Alves,
<https://juvenilalves.com.br/agenda-esg-brasil-responsabilidade-administradores/>
37. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ESCOLA ... - Teses USP,
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-17042026-105150/publico/SilvioJoaquimdeSantanaOrig.pdf>
38. Lei nº 15.042 / 2024 - Das Infrações e das Penalidades - Modelo Inicial,
https://modeloinicial.com.br/lei/L-15042-2024/infracoes-das-penalidades-@_III_IV
39. Resolução CVM 223,
<https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/2020/resol223.pdf>
40. De quem é o crédito de carbono? Lei define donos por tipo de terra - Portal B4,
<https://portalb4.capital/noticia/312/de-quem-e-o-credito-carbono-lei-define-donos-por-tipo-terra>
41. Os benefícios fiscais conferidos aos créditos de carbono - JOTA,
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/os-beneficios-fiscais-conferidos-aos-creditos-de-carbono>
42. Mercado de Carbono no Brasil: Muito Além dos Tributos – Entendendo o SBCE e o Cenário Europeu - evoluta,
<https://grupestevoluta.com.br/publications/mercado-de-carbono-no-brasil-muito-alem-dos-tributos-entendendo-o-sbce-e-o-cenario-europeu/view>
43. Tributação do Carbono: IR, Isenção PIS/Cofins e Deduções Estratégicas - Portal B4,
<https://portalb4.capital/noticia/247/tributacao-do-carbono-ir-isencao-piscofin>

[s-e-deduccoes-estrategicas](#)

44. Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) - SouzaOkawa,
<https://souzaokawa.com.br/wp-content/uploads/2024/12/sbce.pdf>
45. TRIBUTAÇÃO DA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ATIVOS,
<http://bonettiassociados.com.br/index.php/2026/04/06/tributacao-da-geracao-e-comercializacao-de-ativos-verdes/>
46. Como fica o mercado de carbono com a reforma tributária? - Aliare,
<https://www.aliare.co/mercado-de-carbono-reforma-tributaria/>
47. Os benefícios fiscais conferidos aos créditos de carbono - Levy & Salomão Advogados,
<https://www.levysalomao.com.br/publicacoes/artigo/os-beneficios-fiscais-conferidos-aos-creditos-de-carbono>
48. Falta de clareza põe créditos de carbono na mira da reforma tributária - Reset - UOL,
<https://capitalreset.uol.com.br/carbono/falta-de-clareza-poe-creditos-de-carbono-na-mira-da-reforma-tributaria/>
49. A reforma tributária e a incidência de IBS e CBS sobre ativos de descarbonização: Perspectivas jurídico-econômicas - Editora Digital OAB/PE,
<https://editoraoabdigital.org.br/a-reforma-tributaria-e-a-incidencia-de-ibs-e-cbs-sobre-ativos-de-descarbonizacao-perspectivas-juridico-economicas/>
50. A não Incidência do IBS e da CBS sobre Ativos de Descarbonização - Revistas IBDT, <https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/2899>
51. Crédito de Carbono | SINDCONT-SP,
<https://www.sindcontsp.org.br/wp-content/uploads/2025/09/Credito-de-Carbono.pdf>
52. Inconstitucionalidade da aquisição compulsória de créditos de carbono - JOTA,
<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/columnas/constituicao-empresa-e-mercado/inconstitucionalidade-da-aquisicao-compulsoria-de-creditos-de-carbono>
53. STF derruba obrigação de seguradoras investirem em créditos de carbono - Reset - UOL,
<https://capitalreset.uol.com.br/regulacao/stf-derruba-obrigacao-de-seguradoras-investir-em-creditos-de-carbono/>
54. STF derruba obrigação de seguradoras comprarem créditos de carbono - Migalhas,
<https://www.migalhas.com.br/quentes/456719/stf-derruba-obrigacao-de-seguradoras-comprarem-creditos-de-carbono>
55. STF invalida regra que obrigava seguradoras a aplicar recursos em créditos de carbono,
<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-invalida-regra-que-obrigava-seguradoras-a-aplicar-recursos-em-creditos-de-carbono/>
56. STF derruba regra que obrigava seguradoras a comprar créditos de carbono - Poder360,
<https://www.poder360.com.br/poder-justica/stf-derruba-compra-obrigatoria->

- [de-credito-de-carbono-por-seguradoras/](#)
57. Zanin adia análise de compra de créditos de carbono por seguradoras - Migalhas,
<https://www.migalhas.com.br/quentes/449439/zanin-adia-analise-de-compra-de-creditos-de-carbono-por-seguradoras>
58. CLIPPING - DIREITO PÚBLICO EDIÇÃO N 3.004 – JUN/2026,
<https://direitopublico.net/clipping-direito-publico-edicao-n-3-004-jun-2026-2/>
59. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.795 DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. FLÁVIO DINO REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DAS - STF Digital,
<https://digital.stf.jus.br/decisoes-monocraticas/api/public/votos/474845/conteudo.pdf>
60. Sociedade Brasileira de Auditoria Médica (SBAM) - Produtor - Sympla,
<https://www.sympla.com.br/produtor/sbam>
61. (PDF) Anais do IV Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de,
https://www.researchgate.net/publication/401915489_Anais_do_IV_Congresso_Brasileiro_da_Sociedade_Brasileira_de_Auditoria_Medica_-_SBAMProceedings_of_the_4th_Congress_of_the_Brazilian_Society_of_Medical_Auditing_SBAM
62. Sociedade Brasileira de Auditoria Médica realizará congresso em Brasília - CFM,
<https://portal.cfm.org.br/noticias/sociedade-brasileira-de-auditoria-medica-realizara-congresso-em-brasilia/>
63. Congresso da Sbam tem participação do CREMERJ,
<https://www.cremelj.org.br/informes/exibe/5483;jsessionid=43D45D2BA7A035C3D871E345298C2A00>
64. Fraudes, criminalidade, ética e IA na saúde suplementar pautam o segundo dia do OPMED - Fragoso Advogados,
<https://fragoso.com.br/wp-content/uploads/2025/12/Safari-19-de-dez.-de-2025-1747.pdf>
65. Sbam Papéis, <https://www.sbam.ind.br/>
66. Vista do Industrialização verde e a relação Brasil-China: definições, parcerias e assimetrias | Revista IDeAS,
https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/pt_BR/article/view/482/473
67. 8 things you need to know about CBAM – Eco consulting – Center,
<https://center-ltd.com.ua/en/2024/07/07/8-things-you-need-to-know-about-cbam/>
68. Understanding the Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) and Its Implications for Global Trade - DQS,
<https://www.dqsglobal.com/en/explore/blog/understanding-the-carbon-border-adjustment-mechanism-cbam-and-its-implications-for-global-trade>
69. Market Operator proposes including guarantees of origin in CBAM – director general, <https://en.interfax.com.ua/news/economic/1022356.html>
70. SBCE em 2027: A Arquitetura do Mercado Regulado de Carbono. - - b4.capital,
<https://b4.capital/pt/sbce-em-2027-a-arquitetura-do-mercado-regulado-de->

[carbono/](#)

71. O CBAM da União Europeia: dos Desafios da Implementação aos Impactos sobre Países em Desenvolvimento - CINDES,
<http://cindesbrasil.org/wp-content/uploads/2024/11/Breves-134-O-CBAM-da-Uniao-Europeia-dos-Desafios-da-Implementacao-aos-Impactos-sobre-Paise-s-em-Desenvolvimento.pdf>
72. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO LARA RAMOS DE BRITO MACHADO - Repositório Institucional UFC,
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/84982/1/2026_dis_lrbmachado.pdf
73. ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOBRE MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE COM IMPACTO NO ABORDAGEM COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO, IDENTIFIC - Portal Gov.br,
<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/camex/outros-documentos/outros-do-cumentos/relatorio-de-avaliacao-de-impacto-das-regulamentacoes-de-sustentabilidade-para-o-brasil.pdf>
74. DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA,
https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/f6/dd/f6ddbf14-6eea-4c18-a008-7c05b778ec3e/id_248438_descarbonizacao_da_industria_interativ-o.pdf
75. CVM recua e torna voluntário o reporte alinhado ao IFRS S1 e S2 | Café com ESG, 01/06,
<https://conteudos.xpi.com.br/esg/cvm-recua-e-torna-voluntario-o-reporte-alinhado-ao-ifrs-s1-e-s2-cafe-com-esg-01-06/>
76. CVM diz que fim dos reportes ESG obrigatórios resgata “diálogo e transparência” - Reset,
<https://capitalreset.uol.com.br/regulacao/cvm-diz-que-fim-dos-reportes-esg-obrigatorios-resgata-dialogo-e-transparencia/>
77. Resolução CVM 244 revoga obrigação de relatório ESG - Pinheiro Guimarães,
<https://www.pinheiroguimaraes.com.br/resolucao-cvm-244-revogacao-da-obrigatoriedade-de-divulgacao-de-informacoes-financeiras-relacionadas-a-sustentabilidade/>
78. Petrobras (PETR4) e Gerdau (GGBR4) firmam acordo para explorar,
<https://conteudos.xpi.com.br/esg/petrobras-petr4-e-gerdau-ggbr4-firmam-acordo-para-explorar-oportunidades-de-baixo-carbono-cafe-com-esg-10-09/>
79. China planeja reduzir até 10% das emissões até 2035 e dobrar capacidade de solar e eólica | Café com ESG, 25/09,
<https://conteudos.xpi.com.br/esg/china-planeja-reduzir-ate-10-das-emissoes-ate-2035-e-dobrar-capacidade-de-solar-e-eolica-cafe-com-esg-25-09/>
80. Emissions trading: principles and practice. 2nd | Request PDF - ResearchGate,
https://www.researchgate.net/publication/246054507_Emissions_trading_principles_and_practice_2nd
81. Governo brasileiro assina 36 acordos com a China; leia a lista - Poder360,
<https://www.poder360.com.br/poder-china/governo-brasileiro-assina-36-acordos-com-a-china-leia-a-lista/>

82. China e Brasil assinam acordos de cooperação pelo terceiro ano consecutivo; confira lista,
<https://www.brasildefato.com.br/2025/05/13/china-e-brasil-assinam-acordos-de-cooperacao-pelo-terceiro-ano-consecutivo-confira-lista/>
83. Reunião Inaugural do Fundo de Cooperação Brasil-China - Portal Gov.br,
https://www.gov.br/fazenda/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2024/setembro/reuniao-inaugural-do-fundo-de-cooperacao-brasil-china
84. Brasil e China aprovam plano de trabalho para agricultura sustentável,
<https://boca.com.br/negocios/brasil-e-china-aprovam-plano-de-trabalho-para-agricultura-sustentavel>
85. Brasil e China discutem restauração de vegetação e sumidouros de carbono florestal em Pequim - Portal Gov.br,
<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/brasil-e-china-discutem-restauracao-de-vegetacao-e-sumidouros-de-carbono-florestal-em-pequim>
86. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO,
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/272802/PGRI0156-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>
87. TCC - Isabelle Vilas Boas - Repositório Institucional UNIPAMPA,
<https://repositorio.unipampa.edu.br/bitstreams/d5c84298-2858-4fd4-b561-cf1e1aa90303/download>
88. Clima - Vale, <https://vale.com/pt/esg/clima>
89. Brasil e China emitem declarações sobre paz, clima e comércio,
<https://pt.org.br/brasil-e-china-emitem-declaracoes-sobre-paz-e-mudancas-climaticas/>
90. MERCADO DE CARBONO NO BRASIL: PRÓXIMOS PASSOS,
<https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/download/94418/88055/219554>
91. relatório . 2025 - oportunidades para o brasil em mercados de carbono - WayCarbon,
https://waycarbon.com/pt/wp-content/uploads/sites/3/2025/11/RELATORIO_IC_CBR_2025_PT-2.pdf